

Interseccionalidade: Uma análise de sua instrumentalização teórico-metodológica nos estudos urbanos

Ana Clara Benjamim e José Almir Farias

SILVA, Ana Clara Benjamim; FARIAS, José Almir. Interseccionalidade: Uma análise de sua instrumentalização teórico-metodológica nos estudos urbanos. *Thésis*, Rio de Janeiro, v. 9, n. 17, p. 72-92, ago 2024

data de submissão: 02/03/2024
data de aceite: 23/05/2024

Ana Clara Benjamim SILVA é Mestranda do PPGAU+D/UFC; anaclarabenjamim@arquitetura.ufc.br

José Almir FARIAS é Doutor em Arquitetura e Urbanismo; Professor do PPGAU+D/UFC, almirfarias@ufc.br

Resumo

Nos últimos anos, as discussões envolvendo questões de gênero, raça, classe e outros marcadores de desigualdade ganharam novo impulso, dando visibilidade a um conceito poderoso: a interseccionalidade. Mais do que uma teoria unificada, ela é hoje um domínio de investigações marcado desde suas origens pelo ativismo político e ambições transdisciplinares. Este artigo se propõe a uma reflexão crítica sobre a interseccionalidade aplicada no campo dos estudos urbanos de modo a identificar desafios que se apresentam aos pesquisadores, particularmente em um campo de saber onde vigora a dispersão teórica das análises sobre representações sociais e relações indivíduo-sociedade-espço. Os resultados da investigação indicam que a recepção e mobilização deste conceito evidencia-se na diversidade das situações de pesquisa, e nos levam à percepção de três questões relacionadas à inserção da interseccionalidade em estudos urbanos e que podem ser assim nomeadas: epistemológicas, espaciais e metodológicas.

Palavras-chave: interseccionalidade, estudos urbanos, epistemologia.

Abstract

In recent years, discussions involving issues of gender, race, class, and other markers of inequality have gained new momentum, giving visibility to a powerful concept: intersectionality. More than a unified theory, it is today a domain of investigation marked since its origins by political activism and transdisciplinary ambitions. This article proposes a critical reflection on intersectionality applied in the field of urban studies to identify challenges that researchers face, particularly in a field of knowledge where the theoretical dispersion of analyzes on social representations and individual-society-space relations. The research results indicate that the reception and mobilization of this concept is evident in the diversity of research situations and lead us to the perception of three issues related to the insertion of intersectionality in urban studies and which can be named as follows: epistemological, spatial and methodological.

Keywords: intersectionality, urban studies, epistemology.

Resumen

En los últimos años, los debates sobre cuestiones de género, raza, clase y otros marcadores de desigualdad han cobrado nuevo impulso, dando visibilidad a un concepto poderoso: la interseccionalidad. Más que una teoría unificada, es hoy un dominio de investigación marcado desde sus orígenes por el activismo político y las ambiciones transdisciplinarias. Este artículo propone una reflexión crítica sobre la interseccionalidad aplicada en el campo de los estudios urbanos con el fin de identificar los desafíos que enfrentan los investigadores, particularmente en un campo del conocimiento donde perdura la dispersión teórica de los análisis



sobre las representaciones sociales y las relaciones individuo-sociedad-espacio. Los resultados de la investigación indican que la recepción y movilización de este concepto se evidencia en la diversidad de situaciones de investigación, y nos llevan a la percepción de tres cuestiones relacionadas con la inserción de la interseccionalidad en los estudios urbanos y que pueden denominarse de la siguiente manera: epistemológica, espacial y metodológica. **Palabras-clave:** interseccionalidad, estudios urbanos, epistemología.

Introdução

Interseccionalidade é um conceito que se originou na teoria racial crítica no final dos anos 1980, especialmente no feminismo negro, e desde então tem sido aplicado tanto a movimentos de justiça social como a pesquisas em diversificado fluxo interdisciplinar. Refere-se à natureza interligada de categorizações sociais, como raça, classe, gênero, sexualidade, capacidade física e outras dimensões da identidade. A ideia é que estes marcadores não existam independentemente uns dos outros, mas sim que se cruzem e se sobreponham, dando forma a experiências únicas de discriminação e opressão para indivíduos que possuem múltiplas identidades marginalizadas.

Nos últimos anos, observa-se no Brasil um interesse crescente sobre abordagens interseccionais relacionadas a contextos urbanos¹, que não apenas dão novo impulso a estudos anteriores sobre raça e gênero, mas também exploram lacunas de pesquisa, ou seja, questões ainda não estudadas ou não completamente esclarecidas no arcabouço de conhecimento científico já estruturado no campo. Essas iniciativas se reconhecem, inclusive, em um esforço de contestar epistemologias tradicionais no trato das disparidades sociais, injustiças e formas de exclusão no espaço urbano.

Por outro lado, ainda são raros os trabalhos que fazem um balanço sobre a emergência e consolidação da interseccionalidade aplicada em estudos urbanos nacionais². Atentando para esse fato, o presente artigo traz uma contribuição ao debate ao articular uma reflexão crítica sobre inquietações e convergências que ocorrem nas pesquisas correlacionadas ao tema. Ainda que se recupere a gênese do conceito, não se trata aqui de estabelecer uma historicidade stricto sensu, mas de ponderar sobre alguns dos desafios que se apresentam aos pesquisadores que fazem uso do termo, particularmente em um campo de saber onde vigora a dispersão teórico-

¹ Cabe destacar as iniciativas editoriais, entre elas a da Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais como seu Dossiê Temático 'Território, Gênero e Interseccionalidade', publicado em 2021. Disponível em: <https://rbeur.anpur.org.br/rbeur/issue/view/133>. Acesso em: 21 fev. 2024.

² Ver, por exemplo, o trabalho publicado de Silva (2021).

-conceitual das análises sobre representações sociais e relações indivíduo-sociedade-espço.

Metodologicamente, recorre-se a uma seleção de textos em uma revisão de literatura do tipo narrativa (Rother, 2007), reconhecida como um procedimento de síntese qualitativa, pois incorpora uma abordagem mais descritiva e interpretativa. Não se trata, portanto, de esgotar as fontes de informação, já que seu objetivo não é a reprodução dos dados ou respostas a questões sistematizadas e quantitativas específicas, mas oferecer uma condição razoável de confiabilidade e acessibilidade para atualização de conhecimento do assunto em discussão.

Sobre as fontes selecionadas, optou-se por priorizar alguns dos principais textos norte-americanos (aqueles que dão origem ao termo, fazem suas primeiras aplicações em pesquisas e contribuem para a evolução teórico-conceitual). Complementarmente examina-se artigos em língua francesa, que ajudam a elucidar a repercussão internacional, mas sobretudo, funcionam como contraponto aos esforços da produção nacional de não se perder na tradução, e se distanciar de ideias hegemônicas deslocadas. No caso dos textos brasileiros, foram recolhidos trabalhos acadêmicos mais recentes (artigos, dissertações e teses), que fazem uso operativo do termo 'interseccionalidade', com destaque para aqueles escritos a partir de chamadas temáticas de revistas científicas e de relatórios de pesquisas desenvolvidas em programas de pós-graduação vinculados aos estudos urbanos. Recorre-se, também, a algumas obras anteriores que se tornaram referência para estudos de raça e gênero, mesmo que, nesse caso, não utilizem a interseccionalidade como categoria analítica.

Os resultados da investigação suscitaram a percepção de um conjunto de três questões que atravessam o uso da interseccionalidade em estudos urbanos e que podem ser assim nomeadas: epistemológicas, espaciais e metodológicas. Esses conteúdos foram convertidos em tópicos que estruturam o artigo e são comentados em seguida. Cabe, no entanto, antecipar um esclarecimento dessa escolha.

De início, as interrogações epistemológicas são elemento estruturante do pensamento interseccional devido a uma preocupação em contestar a validade de teorias tradicionais, sendo que os argumentos variam conforme a filiação disciplinar do pesquisador e a mistura voluntária de registros científicos e militantes na análise. Uma segunda questão aponta para o papel

crucial do espaço em estudos urbanos, pois é ali onde as interseções de identidades se manifestam e são vivenciadas de maneira concreta. Assim, o ambiente físico tem relação com as hierarquias sociais e influencia a distribuição desigual dos recursos e oportunidades. Por fim, identifica-se indagações metodológicas da pesquisa interseccional, mais afeita a abordagens qualitativas, que melhor se adequam às análises de caráter microssocial (próprios da Antropologia e Sociologia), mas com dificuldades no trato dos processos macroestruturais, que demandam técnicas quantitativas (próprios da Economia, da Geografia, da Demografia e do Planejamento Urbano).

1. Tensões epistemológicas da pesquisa interseccional

Os primórdios da noção de interseccionalidade remontam ao ativismo das lutas por justiça social nos Estados Unidos, sendo procedimento padrão citar sua origem no trabalho da jurista Kimberlé Crenshaw (1989, 1991), cuja abordagem pioneira propõe o modelo de “avenidas identitárias” para analisar a opressão vivenciada pelas mulheres negras e estruturar uma estratégia política legalmente fundamentada para desafiar e transformar as relações sociais de desigualdade. O termo ganharia maior consistência teórica com a obra de Collins (2015; 2019; 2021), cujo diagrama conceitual – a “matriz de dominação” – sintetiza como diferentes formas de discriminação se desenvolvem e se articulam mutuamente a partir de sistemas de dominação que estruturam uma injustiça sistêmica.

Gradualmente, a teoria interseccional passaria por revisões (ampliações ou ajustes) epistemológicas, com o argumento de que as desigualdades são também reproduzidas no ambiente de pesquisa acadêmica. Isso porque, como afirma Dotson (2012), ocorre uma “opressão epistêmica” na medida em que certos grupos sociais são sistematicamente privados do acesso, produção e transmissão de conhecimento. Sob a perspectiva interseccional são interpeladas as recorrentes teorias, metodologias e pedagogias, que a seu modo também fazem uso de discriminação (Buenos e Anjos, 2021). Neste debate, identifica-se pelo menos três tensões relativas a demandas epistêmicas do termo, que impossibilitam uma explicação única satisfatória, mas estimulam novas teorizações, fazendo da interseccionalidade um conceito sujeito a sucessivas inferências.

Primeiramente, argumenta-se ser necessário dissociar o ativismo da investigação empírica, a fim de permitir

uma melhor reflexividade no tratamento de questões eminentemente imbuídas de subjetividade – desigualdades, dominações, violência, estigmatização, humilhação etc. Reivindica-se, neste caso, que a interseccionalidade seja acompanhada por práticas científicas autônomas e fundamentadas, da mesma forma que qualquer outra ferramenta analítica (Buscatto, 2016).

Todavia, esta posição permanece minoritária entre os teóricos da interseccionalidade, que acusam a medida de afogar este conceito na investigação convencional insensível às minorias. Collins e Bilge (2021) reconhecem que o ativismo e a cientificidade funcionaram imediatamente de forma articulada, explicando a grande dificuldade dos cientistas em dissociar as duas atividades, ou mesmo o seu desejo declarado de articulá-las sob pena de perderem o sentido de uso. Assim, pode-se falar em uma interseccionalidade em ação, já que sua mobilização efetiva é a um só tempo luta política e busca de um conhecimento que dá a conhecer os processos de exclusão e marginalização de certos grupos sociais.

Uma segunda fonte de discussão diz respeito à capacidade de abrir a análise interseccional a outras dimensões sociais susceptíveis de serem articuladas para dar conta das desigualdades de modo sistemático. Isso ocorre, por exemplo, quando se insere teorias feministas marxistas na combinação de gênero, raça e classe. Ferguson (2017) alega que o feminismo marxista trouxe as preocupações da reprodução social da interseccionalidade para além da leitura estreita das relações gênero/classe, mas sem alcançar uma teorização completa da lógica integrativa das opressões. Se os imperativos da acumulação e da produção capitalista dominam todos os aspectos da reprodução social, isso permitiria reconhecer inúmeras situações sociais produtoras de desigualdades, mas não seria suficiente para identificar e explicar em uma única grelha de análise todas as situações sociais existentes. Neste caso, questões importantes permaneceriam em aberto, como a possibilidade de integrar todas as relações de dominação numa única teoria social, sem correr o risco de excluir dados empíricos específicos de cada situação social (Fassa e Lépinard, 2016).

Os trabalhos nacionais que acomodam a crítica marxista sinalizam essa tensão, sendo o caso de Machado (2017, 2018) ao tratar do conceito de “consubstancialidade”, ligado ao feminismo materialista francófono, para uma revisão crítica da articulação entre racismo, (hetero)sexismo e capitalismo. Outras pesquisas não se aprofundam tanto nessa discussão, preferindo es-

pelhar a literatura urbana marxista clássica para pensar a interseccionalidade em abordagens de temas como habitação, acesso à terra e lutas do território para fins de moradia (Gonçalves, 2021), mercado de trabalho das mulheres (Soares, 2021; Santoro, 2023) ou problemas estruturais de reprodução socioeconômica da desigualdade e de defesa dos “direitos” e políticas institucionais inclusivas (Bello, Pires e Avzaradel, 2019; Helene, 2019).

A terceira polêmica remete à integração da teoria decolonial aos estudos interseccionais, resgatando conhecimentos subalternos e historicamente marginalizados, como os saberes indígenas e afrodescendentes. Trata-se de um empreendimento epistemológico potencialmente frutífero, mas desafiador uma vez que requer uma consciência crítica das diferenças de ambas as abordagens, aproximando objetivos, práticas políticas e metodologias não necessariamente idênticos. A teoria decolonial busca a emancipação através da descolonização das estruturas eurocêntricas de poder e saber, propondo uma ruptura radical com a modernidade colonial; já a interseccionalidade frequentemente opera dentro de marcos institucionais existentes para visibilizar o enfrentamento das múltiplas formas de opressão. Daí a preocupação de Lugones (2020) quando fala da instrumentalidade de um “sistema moderno-colonial de gênero” para explicar o enfrentamento da reprodução da colonialidade do poder, que transforma a raça, a classe e a sexualidade em meras categorias analíticas ou descritivas, universalizando as experiências.

No cenário nacional parece haver uma clara disposição de tensionar essa questão. Isso inclui enfrentar a “neurose cultural brasileira” que produz efeitos racistas e sexistas violentos, particularmente sobre a mulher negra (Gonzalez, 2020). Argumenta-se também que é preciso desafiar as matrizes hegemônicas, “cruzar o Atlântico”, com a intenção de resgatar os saberes construídos pelas sociedades pré-coloniais, em busca de posturas que rompam com as noções dicotômicas, e assim elaborar uma produção de conhecimento incorporada às epistemologias africanas (Akotirene, 2018; Hollanda, 2020). Reivindica-se, inclusive, a disciplina epistemológica como alternativa, na busca de perspectivas dialéticas, disruptivas e insurgentes de ação da ciência (Tavares e Ramos, 2021).

De qualquer modo, integrar teoria decolonial e interseccionalidade em práticas acadêmicas e ativistas requer um cuidado constante para evitar simplificações e distorções. Isso inclui o reconhecimento das

especificidades locais e contextuais das opressões e resistências. É necessário evitar a armadilha das abordagens reduzidas a microanálises ou de colocar em perspectiva um único eixo de dominação social; mas também esquivar-se da teorização excessiva de fenômenos sociais complexos, reduzindo-os a uma causa unívoca (Pereira, 2021).

2. Interseccionalidade como investigação do espaço urbano

Compreender como se constitui e se desdobra o sistema de diferenças no espaço é decerto o principal leitmotiv das pesquisas exploratórias sobre a interseccionalidade no campo dos estudos urbanos. A geógrafa inglesa Doreen Massey (1984, 2008) foi uma das primeiras a argumentar que toda experiência do espaço é de gênero, enfatizando que a organização dos espaços industriais e o desenvolvimento regional baseiam-se numa divisão de gênero de trabalho, variando conforme o tempo e o país³. Todavia, estudar a espacialidade interseccional é um objetivo mais recente, refletindo uma série de desafios teóricos e empíricos devido à diversidade e dinamicidade dos contextos urbanos.

No momento, ainda não dispomos de uma “teoria espacial da interseccionalidade” formalmente aceita com base na expressão de seus valores epistêmicos. Teoria essa que justifique como se formam camadas sobrepostas, mescladas e entremeadas de opressão na ordem espacial urbana, resultante de complexas interações entre eventos, padrões ou processos. O que se observa são buscas de diálogo com o quadro de teorias espaciais já consagradas (Gamrani e Tribouillard, 2021; Kern, 2021). Evuindo desde as proposições da Escola de Chicago, no início do século passado, até os recentes postulados pós-modernos ou decoloniais, esse quadro oferece perspectivas diversas sobre como compreender e analisar distintos aspectos do espaço urbano.

Trabalhos que fazem uso de categorias espaciais oriundas da Sociologia, Antropologia e Geografia formam a base mais numerosa e mais bem adaptada a investigações interseccionais, destacando questões como as lutas por representação, memória, ideologias e práticas sociais que influenciam a produção de desigualdade no espaço urbano. Para efeito de sistematização, identificou-se na produção nacional três eixos de temáticas recorrentes, demonstrando como as fronteiras e escrituras espaciais são muito mais complexas quando se escapa dos simplismos que envolvem a

³ Massey (1984) conduziu um estudo pioneiro identificando padrões espaço-temporais das mulheres da região de mineração de Manchester, Inglaterra. Sua investigação mostra diferenças de gênero no uso de espaços e territórios, cujos padrões podem ou não ser facilitados pelo transporte, organização do espaço público, a localização geográfica dos edifícios e a prioridade dada à facilidade de acesso aos serviços.

construção de eixos binários como os que atribuem o espaço público ao homem e espaço privado à mulher. A seguir, uma descrição desse conteúdo.

Espaços marginais e de resistências

Em um país com profundas desigualdades intraurbanas, os espaços marginais e de resistência chamam a atenção de um número expressivo de analistas interseccionais. Eles constroem uma taxonomia associada à ideia de espaços de diferença e multiplicidades, que geram sobreposições socioespaciais e “geografias de poder”. Sansone (1996, 2003) traz as noções de “espaço negro” e de “fronteiras étnicas” como princípio regulador das relações raciais no espaço. O contexto de interação social instaura atos classificatórios como as “áreas duras” e “áreas moles”, isto é, áreas de interação e de fronteiras invisíveis que possibilitam acomodar uma leitura de democracia racial (Almeida, 2019; Gonzales, 2020). Santos (2018, 2022) também mobiliza as noções de “regiões de fachada” e “regiões de fundo” para mostrar a construção de “geografias simbólico-práticas” temporárias e duradouras que se formam pelo cruzamento de princípios de hierarquização social nos diferentes contextos.

As leituras geográficas feministas e de gênero incluindo o território identificam padrões hegemônicos e androcêntricos ao descrever como certos lugares são associados a identidades específicas e como eles influenciam as dinâmicas de poder (Nabozny, Silva e Ornat, 2007). A busca por afirmação de uma geografia interseccional parece evidente, já que as pesquisas fazem uso da expressão para se destacar do escopo da Geografia Crítica tradicional, considerada de “forte influência masculina, branca e ocidental”. Este é o caso de artigos recentes (Vecchia, Andrade e Ferreira, 2023; Vasconcelos, 2024), que exploram como diferentes identidades influenciam a forma como os espaços são percebidos, utilizados e regulamentados.

Outros estudos debatem o direito à cidade e a justiça espacial sob a perspectiva interseccional ao examinar como grupos marginalizados criam e ocupam espaços de resistência. Esses espaços podem incluir bairros específicos, centros comunitários, ou até mesmo eventos temporários como protestos visando cidades e espaços mais equitativos, com respeito as múltiplas dimensões da identidade (Jesus, 2023). Nesta mesma linha de abordagem, lança-se luzes sobre o reconhecimento da existência de bairros negros (Ramos, 2013; Cunha Jr., 2020), e avalia-se a influência dos modos

de produção do espaço urbano no cotidiano de mulheres negras em comunidades carentes (Silva, 2018; Leal, 2022).

Ganham igual destaque os estudos que descrevem questões específicas das mulheres relacionados à luta por moradia (Paterniani, 2019), e suas narrativas sobre os processos de remoção e suas consequências (Lacerda *et al.*, 2022). Discute-se inclusive o cruzamento de gênero e classe social com dados de endividamento imobiliário, evidenciando o peso da dívida e da casa para a mulher em um contexto de precarização, assimetria de remuneração e significação hierárquica entre trabalho produtivo e reprodutivo (Martins e Guedes, 2021). Em tal contexto, há relatos de repercussões práticas relevantes em políticas e programas habitacionais públicos que asseguram o direito à moradia e titularidade feminina do imóvel financiado (Campos, 2019).

Todas essas análises dos espaços marginais e de resistências tem possibilitado inclusive reflexões multiescalaridades ancoradas numa concepção ampliada do território que vai do corpo até a cidade (Gonza, 2019; Manzi e Anjos, 2021; Oliva, 2022). As marcas corporais e as subjetividades são vistas como essenciais na configuração das desigualdades e privilégios em determinados contextos culturais e temporais. Assim, o estado corpóreo é investigado considerando a sexualidade, a capacidade reprodutiva, o estado de saúde, a força e a deficiência, fatores que deixam marcas na vivência espacial (Silva, 2013; Batistoti e Moura, 2023). Nestes enfoques, é comum a representação de “corpos abjetos”, não heteronormativos, cujas opressões direcionadas a eles são consideradas legítimas (Pedrotti, 2022; Xavier e Viana, 2023).

Espaços de mobilidade, acesso e segurança

Para Waeber *et al.* (2023) as diferenças de gênero foram historicamente eclipsadas pela suposta neutralidade espacial concebida pela visão universalista de planejamento urbano que reforça uma ordem socioespacial insensível às diferenças. Essa ideia, fortemente arraigada na prática urbanística, teria levado a políticas urbanas de planejamento a adotarem soluções refratárias a um urbanismo gênero. A urgência de uma crítica interseccional desse status quo tem produzido conhecimento sobre as interações e combinações de fatores de discriminação no espaço urbano, oferecendo uma contribuição relevante para ampliar o olhar

sobre as relações de poder no desenho urbano e nos usos e ocupação do solo urbano (Tummers, 2015; Gamrani e Tribouillard, 2021).

Estudos que tratam da relação da mulher com o espaço público, salientam como o medo e a sobreposição de tarefas resultam em padrões de deslocamento específicos (Kolektiboa *et al.*, 2010; Sampapé, 2018). A invisibilidade da violência contra as mulheres na agenda da segurança pública e os efeitos da violência em sua interface com o desenho urbano requerem uma compreensão profunda das dinâmicas de poder que operam em diferentes níveis – desde as interações cotidianas até as estruturas institucionais, evidenciando que o padrão territorial desigual se expressa e é estruturado pelo patriarcado (Caldeira, 2006; Viveros Vigoya, 2016; Monteiro, 2021).

Espaços do planejamento urbano e da economia reprodutiva

Integrar uma perspectiva interseccional no planejamento urbano exige uma reavaliação significativa das abordagens tradicionais, o que significa a inclusão e representação no processo decisório das múltiplas vozes e experiências marginalizadas nas discussões sobre desenvolvimento urbano democrático. Essa questão impulsiona trabalhos recentes de pós-graduação (Mendes, 2021; Silva, 2021; Silva, N., 2023). Por certo não se trata apenas de desenho do espaço físico inclusivo. Esse urbanismo sensível ao gênero deve combater noções enraizadas na cultura que afetam sistemas urbanos fundamentais, como a mobilidade, a acessibilidade, a segurança pública, a proteção a riscos ambientais e outras infraestruturas urbanas.

Complementarmente, a falta de consideração da economia reprodutiva no planejamento urbano também é vinculada ao domínio masculino (Tummers, 2015). A racionalidade do zoneamento urbano, interpretada apenas pelo ângulo das categorias funcionais que separam fisicamente as diferentes atividades na cidade, é um exemplo da valorização da razão econômica de uma prática urbanística que deixa, parcial ou totalmente, invisíveis as atividades de reprodução realizadas com maior frequência pelas mulheres (Soares, 2021). Neste caso, reivindica-se novas abordagens que incluam princípios referentes às atividades reprodutivas e ao “trabalho de cuidado”⁴.

Ainda no contexto da economia reprodutiva, discute-se aspectos relacionados à formação e profissionalização do planejador urbano. Mesmo que as mulheres

⁴ No nível político, o conceito de “cuidado” se destina a denunciar injustiças de gênero relacionadas ao trabalho de cuidado, tais como: a dupla ou tripla jornada de trabalho; padrões e necessidades de mobilidade urbana e de segurança pública (Gamrani e Tribouillard, 2021).

tenham cada vez mais acesso aos ambientes profissionais, os planos diretores urbanos ainda são pensados de acordo com o olhar masculino da lógica econômica que valoriza as atividades de produção, trabalho e consumo (Santoro, 2023). Nos espaços acadêmicos de formação profissional, dados estatísticos informam a disparidade entre a proporção de mulheres com formação em planejamento urbano e as mulheres realmente envolvidas nesta carreira alguns anos mais tarde (CAU/BR, 2020). Estudos empíricos também reconhecem obstáculos relevantes para o desenvolvimento de novas formulações e práticas acadêmicas no ensino, na pesquisa e na extensão em Arquitetura e Urbanismo (Tavares e Ramos, 2021).

3. O método interseccional em estudos urbanos

Como se pode depreender do que já foi dito até aqui, a teoria interseccional exige entendimentos muito mais matizados das desigualdades nas relações sociais. Lida-se com vários eixos simultâneos de identidade e opressão, sendo que isso se traduz em uma teia de interações sociais, econômicas e políticas. Analisar essas interações de maneira abrangente e com precisão pode ser desafiador devido a sua natureza multidimensional e interdisciplinar. Enfrentar essa questão requer um compromisso com a justiça social e a inclusão, mas sobretudo, uma abordagem crítica e reflexiva em uma combinação robusta de procedimentos metodológicos.

É compreensível, portanto, que ocorram inquietações sobre quais métodos e técnicas seriam os mais apropriados. Há registros e relatos de ensaios em projetos-piloto⁵, coletivos e oficinas de mulheres (Cordeiro *et al.*, 2021), que buscam identificar estratégias mais coerentes e legítimas para evidenciar e narrar a interseccionalidade nas cidades. Isso porque, questões ligadas à espacialidade, em geral, são vistas como construção social, cuja apreensão se traduz em análises das práticas urbanas e dos usos dos espaços públicos. Mas, enquadramentos metodológicos calcados no apego à dimensão material do espaço e aos procedimentos formais da pesquisa documental, podem ser insuficientes para compreender fenômenos marginais e complexos.

Para alguns pesquisadores as interpretações das informações que dependem da recepção e interiorização de pessoas marginalizadas estão sujeitas a outras dimensões sociais e psicológicas da existência humana (Nabozny *et al.*, 2007; Lima *et al.*, 2021; Pereira,

⁵ Na Finlândia, pesquisadoras feministas conceberam projetos-piloto para o envolvimento das mulheres no planejamento regional. São projetos "direcionados às mulheres" ou "liderados por mulheres" para criar uma série de métodos para a integração da perspectiva de gênero nas decisões urbanas e assim superar as deficiências do planejamento urbano (Horelli, Booth e Gilroy, 2000).

2021). Mas não apenas isso, há também os limites impostos à operacionalização dos procedimentos de método. Trahan (2010), ao estudar a relação entre interseccionalidade e crime nos Estados Unidos, considera a pesquisa qualitativa “mais apropriada”, porque a maioria das fontes acadêmicas e governamentais de dados de crimes reduzem as relações sociais a variáveis estáticas, não sendo possível identificar efetivamente cada combinação de gênero, raça e classe usando ferramentas estatísticas, pois isso resultaria em inúmeras combinações possíveis, inviabilizando a construção de uma estrutura conceitual sólida.

Como foi possível observar, as pesquisas interseccionais nacionais têm majoritariamente feito uso de abordagens qualitativas com forte influência das experiências pessoais (*outsider within*)⁶, a partir do pressuposto de dar sentido a uma sensibilidade analítica. De fato, combina-se preferencialmente métodos qualitativos – com uso frequente de entrevistas, observações de campo e histórias de vida – para explorar perspectivas, experiências e significados atribuídos, tanto pelos participantes como pelo pesquisador, a contextos particulares. Por outro lado, há quem admita que a interseccionalidade é um fenômeno que demanda necessariamente a coleta de dados qualitativos e quantitativos, pois essa combinação informaria com maior consistência o entendimento dos processos sociais (Misra *et al.*, 2021). O problema é que, neste caso, métodos quantitativos têm aceitação ambivalente e seu uso ainda encontra restrições em algumas áreas⁷.

Importa reter que as escolhas metodológicas são informadas, a priori, pela ideia de como o pesquisador conduzirá a pesquisa e, evidentemente, a seleção dos procedimentos dependerá dos objetivos, dos dados disponíveis e do contexto específico em que se está trabalhando. Um cuidado especial para a análise interseccional é saber como combinar as complexas interações que moldam as vivências das identidades individuais no espaço urbano. Para isso, é recorrente o uso de operadores analíticos, como os marcadores⁸ sociais de identidade e de desigualdades, que servem para caracterizar a constituição dos sujeitos e direcionar os possíveis cruzamentos identitários em suas dinâmicas no espaço. Deve-se dar atenção à maleabilidade no trato dos marcadores porque eles não existem de forma independente, mas se informam mutuamente para criar uma convergência complexa de intolerâncias.

⁶ Collins (2016) reconhece o valor do status do *outsider within*, pois quem é parte ou vítima da opressão e escreve em primeira pessoa pode trazer contribuições importantes e fornecer insights valiosos que um pesquisador externo pode não ter.

⁷ Em áreas como a Psicologia, Sociologia e Antropologia, os métodos quantitativos utilizados (na maioria das vezes, regressão com interações, variáveis classificadas cruzadas ou estratificação) são frequentemente mal aplicados ou mal interpretados (Bauer *et al.*, 2021).

⁸ Nas Ciências Sociais, os marcadores são indicadores visíveis ou identificáveis que contribuem para a construção da identidade social e cultural de um grupo ou pessoa.

Em uma abordagem qualitativa ideal-típica, que lida com um número limitado de casos e retira conclusões de maneira indutiva, o uso de ferramentas hermenêuticas e de interpretação de texto são de grande valia. A título de exemplo, Carrera (2021, p.11) propõe uma estrutura de análise qualitativa em estudos de Comunicação, a partir de um diagrama de metáfora de cores. Em sua "roleta interseccional" (fig.01), cada cor representa um universo de opressão distinto, singularizado, sendo que há cores que simbolizam o cruzamento de situações. Constituídos pela combinação de duas ou mais cores de opressão, há sujeitos que formam uma cor particular, com demandas únicas e experiências singulares.

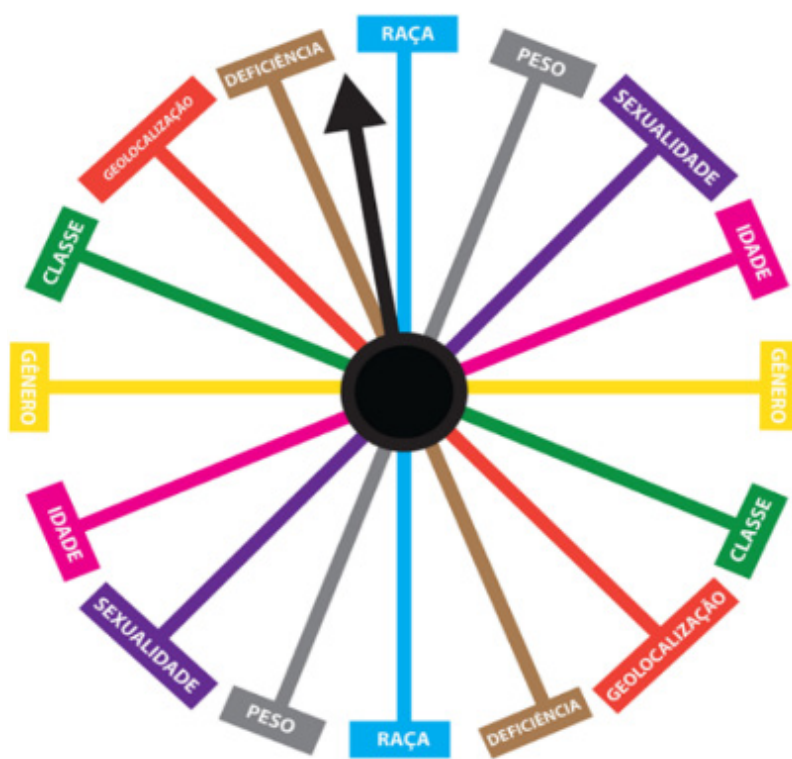


Figura 1
 Roleta interseccional, diagrama de avaliação qualitativa
 Fonte: Carrera, 2021

Já uma abordagem quantitativa ideal típica que lida com muitas variáveis, os dados e informações são estruturados e armazenados em planilhas e bancos de dados gerados por diferentes fontes (conjuntos de pesquisas, experimentos ou até mesmo aplicativos de rastreamento digital para observar o comportamento). Quanto maior o número de casos incluídos, maior o poder estatístico, como exemplifica o gráfico demonstrativo de contagem de marcadores de identidade (fig.02). Todavia, há preocupações com proce-

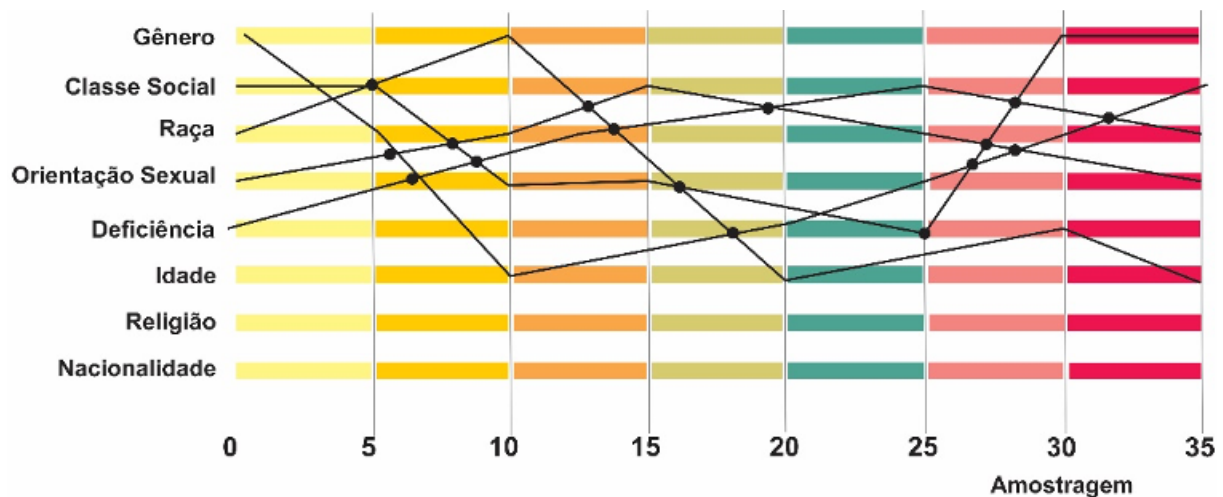


Figura 2
Exemplo de gráfico demonstrativo de contagem interativa de marcadores de identidade
Fonte: Elaboração própria, 2024

dimentos simplistas. Isto se aplica, particularmente, à investigação de variáveis como dados sociodemográficos, que mostram a posição dos indivíduos pela combinação entre gênero, raça e classe, mas que não são suficientes para precisar o peso de um componente da sua identidade sem recorrer à compreensão de situações específicas de vida (Biroli e Miguel, 2015; Bauer *et al.*, 2021; Gross e Goldan, 2023).

Se interseccionalidade é frequentemente questionada quando se faz a ponte entre teoria e método, isso pode significar alguma restrição no avanço da pesquisa em determinadas disciplinas no campo dos estudos urbanos, pois a adoção de métodos quantitativos parece determinante quando se trata de analisar grandes populações e territórios. Então, há um caminho de aprimoramento a percorrer, sabendo que a epistemologia interseccional se dispõe a considerar uma variedade de dimensões socialmente construídas da diferença. E isso se traduz em escolhas metodológicas, sendo possível acionar procedimentos qualitativos e quantitativos, a depender da amostra dos participantes ou das condições de se obter um conjunto de dados capaz de fornecer poder estatístico suficiente para comparações cruzadas e interações de variáveis.

4. Para concluir

Este trabalho ao expor uma reflexão crítica da interseccionalidade aplicada ao campo dos estudos urbanos, entende que os estudos relacionados guardam em comum a percepção de que este conceito tem o poder de revelar em investigação científica os infortú-

nios de vidas humanas que se encontram na mesma posição de violência, humilhação e preconceitos. Os textos selecionados questionam as narrativas dominantes e as hierarquias sociais herdadas, destacando as vozes e perspectivas marginalizadas e subalternizadas. Nesta démarche, os pesquisadores são impactados por interrogações epistemológicas, espaciais e metodológicas.

As tensões epistemológicas fazem parte da abordagem interseccional desde a sua primeira formulação, dado que é movimentada em ambientes de ativismo político e de reivindicações acadêmicas, dispondo-se a enfrentar um campo de saber que só a pouco tempo vem se dando conta que reproduz estruturas eurocêntricas, brancas e patriarcais de poder e saber. Apropriadamente, o termo remete ao “conhecimento situado” de Donna Haraway (1988), para quem a tomada de posição permite desconstruir uma “falsa objetividade”, para assim construir novos conhecimentos.

A articulação entre interseccionalidade e espaço urbano emerge gradativamente como o fio condutor de uma pluralidade de estudos que nos levam a pensar diferentes apropriações espaciais de identidade e diferença a partir do indivíduo. Esses estudos descortinam a variação escalar e a porosidade que tornam o espaço urbano fundamental para a interpretação das relações sociais assimétricas e conflituosas. Ainda que não tenham consolidado o que poderia ser denominada de teoria da espacialidade interseccional, eles têm o mérito de acolher um grupo social discriminado e corporificado – corpos singulares e constrangidos, corpos em trabalho ou em metamorfose – que se movimenta em relação com o espaço.

Outros desafios surgem quando o voluntarismo de experimentações metodológicas encontra obstáculos para analisar estruturas sociais, políticas e econômicas que operam de forma interligada e afetam diferentes grupos de maneira desigual no contexto urbano. Mas esta é uma questão em aberto, pois há quem admita o risco de centrar a investigação em grupos e categorias em vez de nas relações sociais, levando a uma análise excessivamente rígida da realidade social, e reproduzindo as mesmas falhas que a interseccionalidade denuncia: a essencialização de grupos, concepção aritmética e cumulativa de opressão e individualismo (Fassa e Lépinard, 2016).

Uma limitação da revisão crítica aqui empreendida foi a impossibilidade de avaliar a qualidade ou correção

das definições de interseccionalidade, sua adesão aos princípios centrais e, especialmente, as aplicações de métodos e interpretação interseccional. Em parte, essa dificuldade se deve ao fato de não se ter optado por abordagem de análise sistemática de conteúdo; em parte, porque os textos analisados, em sua maioria, descrevem superficialmente seus levantamentos e medições empíricas.

Por fim, embora ainda seja cedo para afirmar que a interseccionalidade tenha alcançado a dimensão de outros conceitos consagrados nos estudos urbanos (como a segregação urbana), o fato é que o termo se move em visível fluxo de energia, de pertinência e de urgência que a muito tempo não se via. Em uma leitura otimista, a teoria interseccional veio para consolidar uma nova sensibilidade nos modos de ver e construir a cidade e, portanto, estaríamos no início de um processo em que o ativismo político e acadêmico radicaliza o direito à cidade e com isso revigora e amplia o ideal de justiça e igualdade.

Referências

AKOTIRENE, Karla. *Interseccionalidade*. São Paulo: Polém, 2019.

ALMEIDA, Sílvio. *Racismo estrutural*. 1ª. Ed. São Paulo: Jandaíra, 2019.

BATISTOTI, Aleida F.; MOURA, Gabriela P. Interseccionalidade e espaço urbano: fazer-cidade das trabalhadoras ambulantes sexuais nas práticas de rua. In *Revista Outras Fronteiras*, Cuiabá/MT, vol.9, n.1, jan./jul., 2021.

BIROLI, Flávia e MIGUEL, Luís Felipe. Gênero, raça, classe: opressões cruzadas e convergências na reprodução das desigualdades. In *Mediações*, Londrina, 20 (2): 27-55, 2015.

BAUER, Greta R. *et al.* Intersectionality in quantitative research: A systematic review of its emergence and applications of theory and methods. In *SSM - Population Health*, n.14, 2021. Disponível em <https://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S235282732-1000732>. Acesso 19/01/2023.

BELLO, Enzo; PIRES, Cecília Bojarski; AVZARADEL, Pedro Curvello (orgs.). *Direito à cidade. Espaços de esperança nas cidades de exceção*. Rio de Janeiro: CEEJ, 2019.

BUENO, Winnie C.; ANJOS, José Carlos dos. Da interseccionalidade à encruzilhada: operações epistêmicas de mulheres negras nas universidades brasileiras. In *Civitas*, 21 (3): 359-369, set.-dez. 2021.

BUSCATTO, Marie. La forge conceptuelle. "Intersectionnalité": à propos des usages épistémologiques d'un concept (très) à la mode. In *Open Editions Journals*, n.47.2, 2016, p.101-105.

CALDEIRA, Teresa Pires R. *Cidade de muros*. Crime, segregação e cidadania em São Paulo. 2ª ed. São Paulo; Edusp, 2006.

CARRERA, Fernanda. Roleta interseccional Proposta metodológica para análises em Comunicação. In *E-Compós - Revista da Associação Nacional dos Programas de Pós-Graduação em Comunicação*, v. 24, jan./dez., 2021, p. 1-22. Disponível em: <https://www.e-compos.org.br/e-compos/article/view/2198/2025>. Acesso em: 10 jan. 2024.

CAMPOS, Mariana de Lima. A titularidade feminina em programas habitacionais e a construção da cidadania: uma análise sobre o Programa Minha Casa, Minha Vida (PMCMV). In *Prelúdios*, Salvador, v. 8, n. 8 p. 35-60, jul./dez. 2019.

CAU/BR, Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Brasil. 1º. Diagnóstico. Gênero na Arquitetura e Urbanismo. 2020. Disponível em: <https://www.caubr.gov.br/wpcontent/uploads/2020/08/DIAGN%C3%93STICO-%C3%ADntegra.pdf>. Acesso em: 10 fev. 2024.

COLLINS, Patrícia H.; BILGE, Sirma. *Interseccionalidade*. São Paulo: Boitempo, 2021.

COLLINS, Patricia H. *Pensamento Feminista Negro. Conhecimento, consciência e a política do empoderamento*. São Paulo: Boitempo, 2019.

COLLINS, Patrícia H. Aprendendo com a outsider within: a significação sociológica do pensamento feminista negro. In *Revista Sociedade e Estado*, v.31, nº 1, Jan./Abr. 2016, p.99-127.

COLLINS, Patrícia H. Intersectionality's Definitional Dilemmas. In *Annual Review of Sociology*, 41(1):1-20, 2015. Disponível em: <https://www.annualreviews.org/content/journals/10.1146/annurev-soc-073014-112142>. Acesso em: 02 jul. 2023.

CORDEIRO, Vanessa Alves *et al.* Como produzir conhecimento nos encontros entre mulheres? Reflexões sobre experiências teórico-metodológicas com e desde as margens da cidade. In *Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais*, v. 23, e202130, 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.22296/2317-1529.rbeur.202130>. Acesso em: 20 dez. 2023.

CRENSHAW, Kimberlé W. Demarginalizing the intersection of race and sex: a black feminist critique of discrimination doctrine, feminist theory and antiracist practice. In *University of Chicago Legal Forum* 89, 1989, p.139-67.

CRENSHAW, Kimberlé W. Mapping the margins: Intersectionality, identity politics, and violence against women of color. In *Stanford Law Review*, v. 43, p. 1241-1299, 1991.

CUNHA JR., Henrique. Bairros negros, a forma urbana das populações negras no Brasil. In *Crítica e Sociedade*, Urberlândia, v.10, n.1, 2020, p.16-27.

DOTSON, Kristie. How is this paper philosophy? In *Comparative Philosophy*, vol.3, No. 1, 2012, p. 03-29.

FASSA, Farinaz, LÉPINARD, Éléonore. L'intersectionnalité: pour une pensée contre-hégémonique. In ESCODA, M.R.; FASSA, F.; LÉPINARD, É. (Direction). *L'Intersectionnalité: enjeux théoriques et politiques*. Paris: La Dispute/SNÉDIT, 2016, p.07-26.

FOLEY, Barbara. Intersectionality: a marxist critique. In *New Labor Forum*, Vol. 28(3), 2019, p.10-13.

FERGUSON, Susan. Feminismos interseccional e da reprodução social: rumo a uma ontologia integrativa. In *Cadernos Cemarx*, nº 10, 2017, p-13-38. Disponível em: <https://econtents.bc.unicamp.br/inpec/index.php/cemarx/article/view/10919>. Acesso em: 20 jan. 2024.

GAMRANI, Sarah e TRIBOUILLARD, Clementine. *Guia prático e interseccional para cidades mais inclusivas*. BID, 2021. Disponível em: <https://publications.iadb.org/pt/genero-e-cidades-guia-pratico-e-interseccional-para-cidades-mais-inclusivas>. Acesso em: 04 jan. 2024.

GONÇALVES, Helena T. Mulheres em ação e categorias em movimento: a luta pelo território na comunidade ribeirinha do Porto do Capim. In *Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais*, v. 23, e202125, 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.22296/2317-1529.rbeur.202125>. Acesso em: 20 dez. 2023.

GONZALEZ, Lélia. *Racismo e sexismo na cultura brasileira: ensaios, intervenções e diálogos*. Rio de Janeiro: Zahar, 2020.

GONZA, Editha L.J. Interseccionalidades e campos de possibilidades no imediato da vida e perspectivas de futuro. In *Revista Pegada*, vol. 20, n.1, jan./abr. 2019, pp-224-236.

GROSS, Christiane; GOLDAN, Lea. Modelling Intersectionality Within Quantitative Research. In *Sozialpolitik.CH*, vol.1, 2023. DOI: <https://doi.org/10.18753/2297-8224-4025>.

HARAWAY Donna. Situated knowledges: the science question in feminism and the privilege of partial perspective. In *Feminist Studies*, 14, 3, p. 575-599.

HELENE, Diana. Gênero e direito à cidade a partir da luta dos movimentos de moradia. In *Cadernos Metrópole*, São Paulo, v. 21, n. 46, pp. 951-974, set/dez 2019. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/2236-9996.2019-4612>. Acesso em: 21 jan. 2024.

HOLLANDA, Heloísa Buarque de (org.) *Pensamento feminista hoje. Perspectivas decoloniais*. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2020.

HORELLI, L.; BOOTH, C.; GILROY, R. *The EUROFEM toolkit for mobilising women into local and regional development*. Helsinki: Helsinki University of Technology, 2000.

JESUS, Likem Edson S. Direito à cidade interseccionalidade: notas teóricas sobre desigualdade e as contradições socioespaciais. In *Diké (UESC)*, v. 22, n 22, p. 319-334, Edição Especial, 2023.

KERN, Leslie. *Cidade feminista: a luta pelo espaço em um mundo desenhado por homens*. Rio de Janeiro: Oficina Raquel, 2021.

KOLEKTIBOA, Hiria et al. (orgs.). *Manual de análisis urbano. Género y vida cotidiana*. Vitoria-Gasteiz: Eusko Jaurlaritz, 2010. Disponível em: <https://basigrava.files.wordpress.com/2013/05/analisis-urbano.pdf>. Acesso em: 20 set. 2023.

LACERDA, Larissa et al. Despossessão, violências e a potência transformadora: um olhar interseccional sobre as remoções. In *Revista Brasileira de Estudos urbanos e Regionais*, v.24, e202231pt, 2022. Disponível em: <https://rbeur.anpur.org.br/rbeur/article/view/6887>. Acesso em: 10 jan. 2024.

LEAL, Anna Letícia Araújo. Interseccionalidade e cidade: a experiência de mulheres negras na Comunidade Cristo Rei em Montes Claros-MG. 2022. Disponível em: <https://repositorio.ufu.br/handle/123456789/37610>. Acesso em: 20 jun. 2023.

LUGONES, Maria. Colonialidade e gênero. In: HOLLANDA, H.B (org.). *Pensamento feminista hoje: perspectivas decoloniais*. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2020. p. 52-83.

LIMA, Ana Gabriela G.; ALVIM, Angélica A.T.B.; RODOLFO, Jaqueline A. Vozes de mulheres negras de palheiros: internet e interseccionalidade. In *Revista Virus*, [online], n.23, 2021.

Disponível em: <http://www.nomads.usp.br/virus/virus23/?sec=4&item=6&lang=pt>. Acesso em: 11 fev. 2024.

MACHADO, Bárbara A. Interseccionalidade, consubstancialidade e marxismo: debates teóricos e políticos. In *Anais MM*, 2017. Disponível em: <https://www.niepmarx.blog.br/MM/-MM2017/AnaisMM2017/MC18/mc181.pdf>. Acesso em: 13 abr. 2024.

MACHADO, Bárbara A. Articulando Utopias: algumas possibilidades do encontro entre o feminismo negro e o marxismo da reprodução social. In: *Lutas Sociais*, v. 22, p. 23-35, 2018. Disponível em: <https://www.mendeley.com/catalogue/69c96f63-7e9f-3be2-90ea-9f3088f09b0c/>. Acesso em 24 abr. 2024.

MARTINS, Flávia E.S.; GUEDES, Ana Clara. Generificando a pesquisa sobre endividamento imobiliário: primeiros desafios. In *Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais*, v. 23, e202135, 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.22296/2317-1529.rbeur.202135>. Acesso em: 20 dez. 2023.

MASSEY, Doreen. *Spatial Divisions of Labour*. London: Sage, 1984.

MASSEY, Doreen. *Pelo espaço. Uma nova política da espacialidade*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2008.

MANZI, Maya; ANJOS, Maria Edna dos. O corpo, a casa e a cidade: territorialidades de mulheres negras no Brasil. In *Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais*, v. 23, e202132pt, 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.22296/2317-1529.rbeur.202132pt>. Acesso em: 20 dez. 2023.

MENDES, Beatriz B. *As mulheres e a cidade: uso e percepções femininas sobre os espaços públicos no centro de Campina Grande/PB*. Dissertação (Mestrado), Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal da Paraíba. João Pessoa, 2021.

MISRA, Joya; CURINGTON, Celeste; GREEN, Venus. Methods of intersectional research. In *Sociological Spectrum*, 2021, 41:1, p9-28. Disponível em: <https://doi.org/10.1080/02732173.2020.1791772>. Acesso em: 19 jan. 2024.

MONTEIRO, Poliana Gonçalves. A guerra dos homens e a vida das mulheres. As interfaces entre planejamento urbano, violência contra a mulher e segurança pública no Rio de Janeiro, Brasil. In *Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais*, v. 23, e202131, 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.22296/2317-1529.rbeur.202131>. Acesso em: 20 dez. 2024.

NABOZNY, Almir.; SILVA, Joseli M.; ORNAT, José M. Desafios à análise do espaço urbano: interpretando textos marginais do discurso geográfico. In *Terra Livre*, Presidente Prudente, v.2, n.29, 2007. Disponível em: <https://publicacoes.agb.org.br/terralivre/article/view/238>. Acesso em: 2 abr. 2024.

OLIVA, Victoria Ferreira. Do corpo-espaço ao corpo-território: o que a Geografia Feminista tem a dizer? In *Ensaio de Geografia*, Niterói, vol. 8, n. 17, pp. 165-187, jul. 2022.

PATERNIANI, Stella Zagatto. *São Paulo cidade negra: branquidade e afrofuturismo a partir de lutas por moradia*. Tese (Doutorado) em Antropologia Social, Universidade de Brasília, Brasília, 2019.

PEDROTTI, Gabriel S. Cidade Queer: especulando imaginários de um fazer cidade com perspectiva de gênero, não heteronormativo. In *FeminsUrbana*, 5 jul. 2022. Disponível

em: <https://feminismurbana.wordpress.com/2022/07/05/cidade-queer-especulando-imaginarios-de-um-fazer-cidade-com-perspectiva-de-genero-nao-heteronormativo>. Acesso em: 10 set. 2023.

PEREIRA, Bruna Cristina Jaquetto. Sobre usos e possibilidades da interseccionalidade. In *Civitas, Revista de Ciências Sociais*, 21 (3): 445-454, set.-dez. 2021.

RAMOS, Maria Estela R. *Bairros Negros: uma lacuna nos estudos urbanísticos*. Um estudo empírico-conceitual no Bairro do Engenho Velho da Federação, Salvador (Bahia). Tese (Doutorado) em Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal da Bahia, 2013.

ROCHA, Laís B. Apontamentos para geografias interseccionais. In *Ensaio de Geografia*, Niterói, vol.8, n.17, p.94-115, jul. 2022.

ROTHER, Edna T. Systematic literature review x narrative review. In *Editorial Acta Paulista de Enfermagem*, 2007. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ape/a/z7zZ4Z4GwYV6FR-7S9-FHTByr/?format=pdf&lang=en>. Acesso em: 18 abr. 2024.

SAMPAPÉ. *Mulheres Caminhantes*. Auditoria de Segurança de Gênero e Caminhabilidade Terminal Santana. São Paulo, 2018. Disponível em: https://issuu.com/sampape/docs/mulheres_caminhantes_auditoria_de Acesso em: 02 mai. 2023.

SANSONE, Lívio. Nem somente preto ou negro: o sistema de classificação racial no Brasil que muda. In *Afro-Ásia*, n. 18, 1996, Salvador, pp. 165-187.

SANSONE, Lívio. *Negritude sem etnicidade*. O local e o global nas relações raciais, culturas e identidades negras do Brasil. Salvador: Edufba / Pallas, 2003.

SANTOS, Renato Emerson dos. Expressões espaciais das relações raciais: algumas notas. In *Boletim Campineiro de Geografia*, v. 12, n.1, 2022. Disponível em: <https://publica-coes.agb.org.br/boletim-campineiro/article/view/2840/2194>. Acesso em: 04 jan. 2024.

SANTOS, Renato Emerson dos. Uma leitura sobre espacialidades das relações raciais: raça, racialidade e racismo no espaço urbano. In: OLIVEIRA, Fabrício L.; LIMA JR, Pedro Novais. (org.). *Território e planejamento: perspectivas transdisciplinares*. Rio de Janeiro: Letra Capital, v.1, p. 345-366, 2018.

SANTORO, Paula Freire. A abordagem de gênero e interseccional nos planos diretores. In *Fórum SP 22/23*, 2023. Disponível em: <https://www.academia.edu/en/104205540/Abordagem-de-g%C3%AAnero-e-interseccional-nos-planos-diretores>. Acesso em: 20 jan. 2024.

SILVA, Eliane Alves da. Um passo além? O que a abordagem interseccional pode oferecer aos estudos urbanos. In: *Civitas-Revista de Ciências Sociais*, v.21, p.434-444, 2021. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/civitas/a/YnzGTgQ5VFqwx7nQMnZZtVH/>. Acesso em: 20 jun. 2023.

SILVA, Joseli Maria. Corpo, corporeidade e espaço na análise geográfica. In: HEIDRICH, Álvaro L.; PIRES, Claudia Luiza Z.; COSTA, Benhur P. (orgs.). *Maneiras de ler: geografia e cultura*. Porto Alegre: Imprensa Livre / Compasso Lugar Cultura, 2013, v. 1, p. 28-36.

SILVA, Natália Alves da. Para pensar o espaço desde a interseccionalidade: da metáfora espacial ao espaço como prática. In *Anais do XX ENANPUR*, Belém, 2023. Disponível em: <https://anpur.org.br/wp-content/uploads/2023/05/st12-17.pdf>. Acesso em: 20 dez. 2023.

SILVA, Natália Alves da. *Feminismo negro e produção do espaço: as ocupações urbanas em uma abordagem interseccional-espacial*. Dissertação (Mestrado) em Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2018.

SOARES, Janypher M. A economia reprodutiva: reflexões sobre a questão de gênero. In *Cofecon*, 2021. Disponível em: <https://www.cofecon.org.br/2021/04/09/artigo-a-economia-reprodutiva-reflexoes-sobre-a-questao-de-genero/>. Acesso em: 22 jan. 2024.

TAVARES, Rossa B. e RAMOS, Diana H. Indisciplina Epistemológica: viradas metodológicas para o campo da Arquitetura e Urbanismo. In *Indisciplinar*, v.7, n.2, p.232-277, 2021. Disponível em: <https://periodicos.ufmg.br/index.php/indisciplinar/article/view/38-147>. Acesso em: 02 dez. 2023.

TRAHAN, Adam. Qualitative Research and Intersectionality. In *Springer Science+Business Media B.V.* 2010. Disponível em: <https://link.springer.com/article/10.1007/s10612-010-9101-0>. Acesso em: 10 out. 2023.

TUMMERS, Lidewij. Stéréotypes de genre dans la pratique de l'urbanisme. In *Travail, Genre et Sociétés*, n° 33 – Avril 2015, p.67-83.

VASCONCELOS, Ana Paula N. Interseccionalidade: a potência do conceito-ferramenta metodológica para a Geografia. In *Revista da Casa da Geografia de Sobral*, Sobral/CE, v.26, n. 1, p. 1-13, 2024.

VECCHIA, Tamires C.S.; ANDRADE Higor L.; FERREIRA, Evaldo. Geografia e interseccionalidade: buscando relações entre os conceitos-chaves. In *Revista Geoaraguaia*, v.13, cad. 2, jul-2023.

VIVEROS VIGOYA, Mara. La interseccionalidad: una aproximación situada a la dominación. In *Rev. Debate Feminista* 52: 1-17, 2016. Disponível em: <https://www.science-direct.com/science/article/pii/S0188947816300603>. Acesso em: 15 fev. 2024.

XAVIER, Thais P.O.; VIANNA, Cláudia. The education of trans people: reports of exclusion, abjection, and struggle. In *Educação & Realidade*, Porto Alegre, 48, 2023. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/edreal/a/g8MwFhhYPQktwdH6tn737Dk/?format=pdf&lang=en>. Acesso em: 27 fev. 2024.

WAEBER, Oliver *et al.* *Urbanisme sensible aux différences de genre*. Recommandations à l'attention des acteurs/trices de l'urbanisme à Genève. Genève: Université de Genève (SocioBrief n°8), 2023.